

## A Acessibilidade aos Surdos nas Propagandas Eleitorais do Amapá nas Eleições de 2014<sup>1</sup>

Fabrizio da Silva ANANIAS<sup>2</sup>  
Tatiana Jácome Tork<sup>3</sup>  
Faculdade Estácio, Macapá, AP.

### Resumo

As eleições aos cargos políticos no Brasil é um momento de efetiva participação democrática da nação. Um dos principais mecanismos utilizados para a campanha dos candidatos é a propaganda eleitoral na TV. Refletindo sobre a parcela de eleitores surdos, o presente estudo teve como finalidade identificar a realidade dos recursos de acessibilidade existentes nos meios de comunicação, através de pesquisa quantitativa e qualitativa. Para tanto, escolheu-se como parâmetro de observação e análise os programas eleitorais exibidos na televisão, no ano de 2014, no estado do Amapá, a fim de diagnosticar se a emissão das informações para os surdos está em conformidade com o estabelecido na legislação vigente.

**Palavras-chave:** acessibilidade; comunicação; surdez; libras; política

### 1 Introdução

Para entender o motivo da proposta para o tema em questão é essencial fazer, ao menos, um breve resgate de traços históricos que marcaram o processo de inclusão dos surdos no sistema educacional brasileiro, bem como na sociedade como um todo.

Por muito tempo o desenvolvimento dos sujeitos surdos não acompanhou o potencial dos mesmos em virtude do historicismo, uma vez que eram submetidos a uma forçada adaptação ao modelo ouvintista, que ganhou legitimidade principalmente no século XX, através dos estudos científicos das áreas clínicas em geral, que refletiram diretamente na maneira de tratar e educar o surdo, impondo-lhes o oralismo e o treinamento auditivo, o que desrespeitava a identidade cultural que traziam.

Somente depois de inúmeras pesquisas no campo da educação e da linguística, o povo surdo passou a ser identificado como um grupo que traz características linguísticas, culturais e cognitivas diferenciadas dos ouvintes, tais características deram origem à outra visão em que o surdo é percebido como “diferente”, o que se afasta da visão até então

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na Divisão Temática Comunicação, Espaço e Cidadania, da Intercom Júnior – XI Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

<sup>2</sup> Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Publicidade e Propaganda, email: [fabrizio.ananias18@hotmail.com](mailto:fabrizio.ananias18@hotmail.com)

<sup>3</sup> Orientadora do trabalho. Professora de Libras nos diversos cursos da Faculdade Estácio de Macapá e Professora-intérprete de Libras na Secretaria de Estado de Educação do Amapá, email: [tatyjac@hotmail.com](mailto:tatyjac@hotmail.com)

tomada como norteadora, na qual o surdo é tomado como um “deficiente” que precisa ser curado. A partir de então novas propostas educacionais surgiram e se tornaram mais eficazes para o desenvolvimento do surdo, respeitando, sobretudo, a forma de comunicação através da língua de sinais.

Apesar da longa jornada da língua de sinais no decorrer da história, faz-se necessário saber que no Brasil, apenas em 2002, a Lei nº 10.436, art. 1º, reconheceu como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados e que, por sua vez, o decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, assinado pelo então presidente da república e ministro da educação, regulamentou a lei nº 10.436/02. A regulamentação trata do papel do poder público e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos no apoio ao uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais.

A Língua de Sinais é a língua natural dos surdos, ou seja, sua primeira língua (L1), é apresentada através da modalidade viso-espacial e por isso garante maior eficácia na comunicação, uma vez que o canal perceptual do surdo é a visão (QUADROS; KARNOPP, 2004). Porém, os surdos brasileiros vivem em um país no qual sua língua oficial é a língua portuguesa (L2 para os surdos) e a maioria da população é ouvinte, logo, a comunidade surda usuária da língua de sinais se torna uma minoria linguística e, sob o prisma da inclusão, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) precisa ser ofertada e utilizada como meio de acessibilidade nos mais diversos âmbitos sociais, seja na educação, saúde, segurança e, inclusive, nos meios de comunicação.

Nossa motivação para este estudo partiu, sobretudo, da necessidade de identificar a realidade dos recursos de acessibilidade existentes nos meios de comunicação. A pesquisa pode ser definida como quantitativa e qualitativa, baseada na análise e na interpretação de fatos por meio de observação. Para tanto, escolheu-se como parâmetro de observação e análise os programas eleitorais exibidos na televisão, no ano de 2014, no estado do Amapá, por se tratar de um momento de efetiva participação democrática, no qual todos os brasileiros são responsáveis por fazer suas escolhas de forma consciente, baseadas nas análises das informações e propostas que recebem através destes programas. Propusemos a diagnosticar se a receptividade destas informações pelos surdos é acessível da mesma maneira que é para os ouvintes.

Para embasar a análise dos resultados que alcançamos, foi necessário que nos direcionássemos a partir de um referencial teórico que nos permitisse conhecer o que pauta

as questões sobre acessibilidade aos surdos no campo do audiovisual. Sobre tais questões, apontaremos o que consideramos relevantes para o melhor entendimento desta pesquisa.

## 2. Notas sobre Acessibilidade

De acordo com o último levantamento do IBGE, em 2010, o Brasil possui mais de 45 milhões de pessoas com algum grau de deficiência visual ou auditiva. Para garantir que estas pessoas vivam com mais autonomia, foi criada a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, conhecida como Lei da acessibilidade, onde são estabelecidas normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 2º Para os fins desta Lei são estabelecidas as seguintes definições:

I – acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

[...];

d) barreiras nas comunicações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa; (BRASIL, 2000)

Na busca para que toda pessoa com algum tipo de deficiência também possa desfrutar da programação veiculada nos canais abertos, o poder público vem tomando diversas medidas para que os recursos de acessibilidade estejam presentes nas emissoras. Enfatizando mais precisamente as garantias dos recursos de acessibilidade à pessoa surda ou com deficiência auditiva, é possível observar algumas tentativas que tentam minimizar essa barreira comunicacional.

A oficialização e regulamentação da Libras servem como princípio norteador das definições relacionadas aos recursos de acessibilidade para a comunidade surda, dentre os quais, podemos observar, por exemplo, a Portaria 310/2006 do Ministério das Comunicações.

Para os efeitos desta Norma, devem ser consideradas as seguintes definições:

3.1. Acessibilidade: é a condição para utilização, com segurança e autonomia, dos serviços, dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência auditiva, visual ou intelectual.

3.2. Legenda Oculta: corresponde a transcrição, em língua portuguesa, dos diálogos, efeitos sonoros, sons do ambiente e demais informações que não poderiam ser percebidos ou compreendidos por pessoas com deficiência auditiva.

[...]

### 3.7. Janela de LIBRAS: espaço delimitado no vídeo onde as informações são interpretadas na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). (BRASIL, 2006)

Dentre os recursos de acessibilidade instituídos na Portaria, está o recurso referente aos programas que compõem a propaganda político-partidária e eleitoral, os programas devem conter janela com intérprete de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) e/ou legenda, e a responsabilidade para a produção fica sob os Partidos Políticos e/ou a cargo dos respectivos Órgãos de Governo aos quais se vinculem os referidos programas.

## 2.1 Legenda

O conceito de legenda pertinente a este trabalho é o conceito que se refere ao texto que corre no rodapé dos ecrãs, com a tradução ou a transcrição do texto original de programas ou filmes (Infopedia). Este tipo de legenda é utilizado como recurso visual para que ouvintes e surdos tenham acesso a meios de comunicação que se utilizam de recursos audiovisuais.

Partindo das peculiaridades sensoriais existentes entre surdos e ouvintes, é importante ressaltar que existem dois tipos de legendas: a interlinguística, geralmente voltada para ouvintes, e a intralinguística, normalmente direcionada para pessoas surdas ou com baixa audição. Segundo De Linde e Kay (1999), apesar das diferenças que existem entre as duas, ambas possuem um aspecto em comum: o contexto audiovisual. A legenda intralinguística, no entanto, se propõe, primordialmente, a traduzir tanto os diálogos como os recursos audiovisuais, tais como áudios componentes, incluindo aspectos da trilha sonora.

Ao associar a legenda com a questão da acessibilidade aos surdos, Smith enfatiza que:

“A legenda é uma ferramenta importante para as pessoas surdas, pois permite a elas ter o mesmo acesso às informações públicas, à comunicação de emergência e ao entretenimento. Os dados indicam que as pessoas surdas utilizam as legendas. Elas gastam cerca de 84% de seu tempo lendo as legendas, 14% assistindo às imagens do filme e apenas 2% não assistem aos filmes.” (SMITH, 2008, p.322 - 23)

Desde 1997, no Brasil, alguns programas jornalísticos passaram a ser traduzidos através de legendas do tipo *roll-ap* e *pop-on* para os surdos. A legenda *roll-ap* é aquela cujas linhas vão subindo da parte inferior da tela da TV, chegando a exibir até quatro linhas por vez, já na legenda *pop-on*, as frases surgem como um todo e são mais comuns em programas pré-gravados. (ARAÚJO, 2005)

No caso de programas ao vivo, esses tipos de legendas dificilmente apresentam sincronismo com a fala e a imagem apresentadas, o que causa dificuldade de compreensão dos diálogos exibidos. Atualmente, estas legendas podem ser visualizadas tanto em programas jornalísticos, quanto em programas de entretenimento e geralmente são acionadas através do botão *caption* ou *subtitle* nos controles dos aparelhos de TV, porém tais recursos podem não atender de forma satisfatória às necessidades de todos os surdos, uma vez que muitos deles são alfabetizados apenas em Língua de Sinais.

Já especificamente falando das campanhas político-partidárias apresentadas na TV, o uso da legenda, segundo o Tribunal Superior Eleitoral, fica a critério dos partidos político-partidários desde o ano de 2006, porém, caso optem por não usá-la em suas campanhas, os mesmos devem oferecer acesso através da Língua Brasileira de Sinais, ou seja, durante a campanha eleitoral, uma das duas formas de acesso deve ser oferecida ao surdo brasileiro (ARAÚJO, 2009). No entanto, apesar de muitos programas eleitorais apresentarem as legendas, em obediência à portaria, muitas vezes estas legendas são de difícil compreensão por não estarem em conformidade com a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (15290:2005).

## 2.2 Janela de LIBRAS

A Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT NBR 15290:2005 que dispõe sobre a Acessibilidade Em Comunicação Na Televisão, conceitua Janela de Libras como o “espaço delimitado no vídeo onde as informações veiculadas na língua portuguesa são interpretadas através de LIBRAS.” A partir deste conceito, a norma estabelece todos os parâmetros para o estúdio, para a janela, para o recorte (*wipe*) e descreve quais são os requisitos necessários para a interpretação e visualização da LIBRAS.

Segundo as diretrizes para a Janela de LIBRAS, o estúdio onde será feita a gravação do intérprete de LIBRAS deve conter:

- “a) espaço suficiente para que o intérprete não fique colado ao fundo, evitando desta forma o aparecimento de sombras;
  - b) iluminação suficiente e adequada para que a câmera de vídeo possa captar, com qualidade, o intérprete e o fundo;
  - c) câmera de vídeo apoiada ou fixada sobre tripé fixo;
  - d) marcação no solo para delimitar o espaço de movimentação do intérprete.”
- (ABNT NBR 15290:2005)

Já sobre as especificações da janela com intérpretes de LIBRAS, as normas técnicas determinam que:

- “a) os contrastes devem ser nítidos, quer em cores, quer em preto e branco;
- b) deve haver contraste entre o pano de fundo e os elementos do intérprete;
- c) o foco deve abranger toda a movimentação e gesticulação do intérprete;
- d) a iluminação adequada deve evitar o aparecimento de sombras nos olhos e/ou seu ofuscamento.” (ABNT NBR 15290:2005)

Sobre os critérios que devem ser utilizados quando a imagem do intérprete estiver no Recorte ou *wipe*, o que a ABNT determina é que:

- a) a altura da janela deve ser no mínimo metade da altura da tela do televisor;
- b) a largura da janela deve ocupar no mínimo a quarta parte da largura da tela do televisor;
- c) sempre que possível, o recorte deve estar localizado de modo a não ser encoberto pela tarja preta da legenda oculta;
- d) quando houver necessidade de deslocamento do recorte na tela do televisor, deve haver continuidade na imagem da janela. (ABNT NBR 15290:2005)

Por fim, os requisitos necessários para uma boa interpretação e visualização da LIBRAS na janela, devem ser atendidos segundo as seguintes condições:

- a) a vestimenta, a pele e o cabelo do intérprete devem ser contrastantes entre si e entre o fundo. Devem ser evitados fundos e vestimentas em tons próximos ao tom da pele do intérprete;
- b) na transmissão de telejornais e outros programas, com o intérprete da LIBRAS em cena, devem ser tomadas medidas para a boa visualização da LIBRAS;
- c) no recorte não devem ser incluídas ou sobrepostas quaisquer outras imagens. (ABNT NBR 15290:2005)

Apesar de todas as especificações estabelecidas, no contexto televisivo, a utilização de língua de sinais ainda é um recurso limitado aos dispositivos manuais, e para sua utilização de forma integral, por exemplo, na programação da TV, seriam necessários intérpretes vinte e quatro horas, os custos operacionais com toda a produção seriam altos e a presença constante da janela de libras, sem a possibilidade de desabilitá-la ou ajustá-la, poderia causar certo desconforto para ouvintes e/ou para os surdos não alfabetizados em LIBRAS.

Por questões como estas supramencionadas, hoje já é possível encontrar projetos que visam a utilização da janela de libras de forma automática, com funções que trazem a

possibilidade de, assim como nas legendas, habilitar ou desabilitar a janela através de comandos. Um destes projetos é o LibrasTV<sup>4</sup>.

### **3 Objetos de observações e análises**

#### **3.1 Propagandas Eleitorais para TV em 2014**

No primeiro turno, a propaganda eleitoral gratuita exibida em bloco na televisão, foi veiculada no período de 19 de agosto a 02 de outubro de 2014. Para Presidente da República, Deputado Federal e Vereadores, as propagandas passaram às terças e quintas-feiras e aos sábados. Para Governador, Deputado Estadual, Deputado Federal e Senador, nas segundas, quartas e sextas-feiras, sempre das 13:00 às 13:50 horas e das 20:30 às 21:20 horas.

No segundo turno, as emissoras de televisão passaram a exibir as propagandas diariamente em dois períodos de 20 minutos, às 13 horas e às 20:30 horas. Para presidência da república, a propaganda passou a ser exibida 48 horas após a proclamação dos resultados do primeiro turno e para o governo do Estado do Amapá passou a ser exibida no dia 13 de outubro de 2014, ambos foram exibidos até o dia 24 de outubro de 2014.

No estado do Amapá, o número de candidatos se apresentou de acordo com os seguintes números.

<b>Cargo</b>	<b>Qtd</b>
Deputado Estadual	383
Deputado Federal	116
Senador	10
Governador	07
Presidente	12

Fonte: TRE-AP

### **4. Resultados e Discussão**

#### **4.1. Recursos de Acessibilidade aos surdos apresentados nas propagandas**

---

<sup>4</sup> Projeto do Núcleo de Pesquisa e Extensão da Universidade Federal da Paraíba. Consiste num sistema de geração automática de legendas em LIBRAS para o sistema de TV Digital (SBTVD). Envolve componentes de software e hardware integrados aos radiodifusores e aos receptores de TV Digital. Tem por objetivo permitir que as legendas de LIBRAS sejam geradas, codificadas, transmitidas e decodificadas de forma automática.

Nesta fase da pesquisa, observamos de forma quantitativa a incidência dos recursos de acessibilidade nas propagandas eleitorais. Foram obtidos os seguintes resultados:

- **Primeiro Turno**

<b>Cargo</b>	<b>Legenda</b>	<b>Janela de LIBRAS</b>
Deputado Estadual	100%	0,78%
Deputado Federal	100%	0,86%
Senador	100%	0,0%
Governador	100%	0,0%
Presidente	100%	0,0%

Fonte: Dados de Pesquisa

- **Segundo Turno**

<b>Cargo</b>	<b>Legenda</b>	<b>Janela de LIBRAS</b>
Governador	100%	0,0%
Presidente	100%	0,0%

Fonte: Dados de Pesquisa

#### **4.2. Análise dos resultados**

De acordo com os números alcançados, foi possível perceber uma considerável distância entre a escolha do uso de legendas e de janela de Libras. Quantitativamente falando, a porcentagem referente à legenda mostrou-se extremamente satisfatória, já que foi detectado que 100% dos candidatos de todos os cargos optaram por seu uso nas propagandas. Porém, ao analisarmos de forma qualitativa, percebemos que algumas das formas pelas quais as legendas foram apresentadas, não obedeceram às normas técnicas exigidas, o que possivelmente pode ter construído algumas barreiras de comunicação, no que diz respeito à compreensão dos textos legendados. Como exemplos das falhas apresentadas, podemos citar erros de alinhamentos, de contrastes em relação às cores escolhidas, de fundo/tarjas em relação ao texto, de número de linhas, de posicionamento, de sincronia e de velocidade.



Sob a perspectiva quantitativa, também procuramos entender os motivos pelos quais a utilização da Janela de Libras se apresentou de forma extremamente insatisfatória, já que de modo geral, apenas três candidatos optaram por usá-la em suas propagandas, sendo que dois eram candidatos a deputado estadual e um era candidato a deputado federal. Nem mesmo os candidatos à presidência da república tiveram a preocupação de trabalhar com este recurso, uma vez que sua importância enquanto mecanismo de acessibilidade já se tornou evidente diante de diversos estudos e pesquisas disponíveis, além de não levarem também em consideração a grande parcela de eleitores surdos brasileiros.

Quanto às normas técnicas, as janelas de LIBRAS se apresentaram em conformidade com o estabelecido, porém, enfocando o caráter qualitativo, foi possível perceber que um dos intérpretes não possuía fluência em LIBRAS e apresentou equívocos linguísticos em sua interpretação, o que também pode ter ocasionado barreira comunicacional entre a mensagem emitida e a recebida pelos telespectadores surdos.

Uma das hipóteses para a disparidade apresentada entre os dois recursos pode estar associada à dificuldade de inserir um intérprete de Libras no tempo demandado, já que a Justiça Eleitoral dá um prazo de apenas quatro dias para a produção e edição dos programas, o que torna inviável a inserção da janela, outra hipótese é o custo, pois o valor para inserir a janela é muito maior que o da legenda, uma vez que demanda a contratação de intérpretes, estúdios, equipamentos e produtores, por exemplo, além disso, esse alto custo fica sob a responsabilidade dos partidos políticos, o que iria onerar ainda mais os orçamentos e valores destinados às campanhas.

## **5. Conclusão**

Quando falamos de acessibilidade e inclusão, não podemos deixar de mencionar o princípio constitucional de igualdade e o direito de acesso à informação. Estes direitos não podem ser sobrepostos pelos prazos de produção e edição dos programas, independente da quantidade de surdos que há no país. Os partidos políticos não podem se preocupar apenas em medir custos quando o que está em questão é uma cidadania ameaçada pelos problemas de acessibilidade enfrentados pelas pessoas surdas.

Apesar da responsabilidade de incluir estes recursos ser dos partidos políticos, o poder público não pode se eximir do papel de legislar, orientar e fiscalizar o cumprimento das determinações estabelecidas. O descaso existente diante do descumprimento das medidas impostas fere a lógica da inclusão, do direito às mesmas oportunidades. A

propaganda eleitoral precisa estar adequada para alcançar a totalidade de eleitores, fazendo com que a receptividade das mensagens seja eficaz independente das diferenças entre as pessoas.

Como contribuição neste campo, só nos resta questionar a flexibilidade de escolha entre os recursos de acessibilidade concedidos pelo Tribunal Superior Eleitoral e, sugerir que haja a obrigatoriedade de inserção tanto da legenda quanto da janela de LIBRAS em todas as propagandas eleitorais veiculadas na TV e que tal obrigatoriedade seja efetivamente cumprida e que sejam pensadas por parte dos legisladores, formas de punição para àqueles que persistirem em desrespeitar a cidadania, o ser humano e as minoras. Obrigar os surdos a votar, mas não dar a eles a mesma oportunidade de adquirir conhecimento político é, no mínimo, inconcebível.

## Referências

ABNT. **Acessibilidade em comunicação na televisão. Accessibility in TV captions.** Norma Brasileira ABNT NBR 15290:2005.

ARAÚJO, Vera L. S. **A legendagem para surdos no Brasil.** In: LIMA, Paula L. C.; ARAÚJO, Antonia D. (Orgs.). *Questões de linguística aplicada: miscelânea.* Fortaleza: EdUECE , 2005. p. 163-188.

\_\_\_\_\_, Vera L. S. **In search of SDH parameters for Brazilian party political broadcasts.** *The sign language translator and interpreter.* Manchester, St. Jerome Publishing Company, v. 3, n. 2, p. 157-175, 2009.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm)>. Acesso em: 20/04/2014.

\_\_\_\_\_. **Portaria 310, de 27 de junho de 2006 do Ministério das Comunicações.** Disponível em <[http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/destaques/inclusaoparapessoascomdeficiencia/portaria3106.2006\\_MinComunicacoes\\_acessibilidade/view](http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/destaques/inclusaoparapessoascomdeficiencia/portaria3106.2006_MinComunicacoes_acessibilidade/view)> Acesso em: 20/04/2014

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 10.436, 24 de abril de 2002.** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm)> Acesso em: 20/04/2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Disponível em

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm) Acesso em: 20/04/2014.

CONADE. **Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. Disponível em <<http://www.sdh.gov.br/noticias/2014/fevereiro/conade-discute-acessibilidade-nas-eleicoes-de-2014-com-o-ao-tse>> Acesso 20/06/2014.

DE LINDE, Zoe; KAY, Michael. *The semiotics of subtitling*. Manchester: St. Jerome Publishing, 1999.

NASCIMENTO, G.V.S .SANTOS, R. **Acessibilidade na Televisão para Surdos e Deficientes Auditivos: os Recursos In/Disponíveis: Closed Caption, Legendas E Janela de libras**. Disponível em <<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/201304-015.pdf>> Acesso 20/06/2014.

QUADROS, Ronice Müller de. **Políticas linguísticas e educação de surdos In: CONGRESSO INTERNACIONAL, 5. 2007; SEMINÁRIO NACIONAL DO INES, 11. 2007**, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro: INES, 2007. p. 94-102. v. 1.

SKLIAR, C. **A forma visual de entender o mundo. In Educação para todos** . Revista especial, SEED/DEE. Curitiba: Editora Expediente, 1998.

SMITH, Deborah Deutsch. **Introdução à Educação Especial: ensinar em tempos de inclusão**. Trad. Sandra Moreira de Carvalho. 5ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2008.

STROBEL, K. L. **Projeto de mestrado Surdos: Vestígios Culturais não registrados na História**. Florianópolis, UFSC, 2006.